

# Aula 8

## A AGRICULTURA BRASILEIRA

### **META**

Refletir sobre as características da agricultura brasileira como fundamento para a compreensão da organização do território através das relações e processos capitalistas na relação campo-cidade.

### **OBJETIVOS**

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- Analisar as características do modo de produção capitalista na agricultura brasileira como consequência de um processo evolutivo da produção industrial na organização econômica do país.
- Compreender as relações de trabalho no campo como uma forma de reprodução do capital.
- Identificar as principais características da agricultura brasileira como base para entender os seus problemas.

**Debora Barbosa da Silva**

### INTRODUÇÃO

Caros (as) alunos (as),

A agricultura brasileira revela para o campo brasileiro uma singularidade de características oriundas do processo histórico de ocupação do território bem como dos diversos sistemas de produção estabelecidos.

Desse modo, analisar o campo no Brasil, sua estrutura fundiária, a produção agropecuária e as relações de produção e de trabalho exigem um olhar sobre as transformações do capitalismo mundial influenciando tanto a cidade quanto o campo.

Portanto, chegou a hora de mergulhar nas reflexões construídas ao longo das aulas anteriores para entender a produção agropecuária brasileira e a organização do espaço no campo.



(Fonte: <http://mundoeducacao.uol.com.br>).

### A AGRICULTURA NO BRASIL

A agricultura no Brasil tem o seu processo de desenvolvimento associado a reprodução das relações de trabalho capitalistas associando trabalho assalariado e o trabalho camponês familiar numa economia internacionalizada. Esta condição cria processos e relações de interdependência entre estados, nações e empresas.

Atualmente na zona rural do Brasil, o desenvolvimento capitalista é marcado pela industrialização da agricultura onde os capitalistas se apropriam

da renda da terra provocando a ampliação da concentração fundiária. Desse modo entremeiam-se no campo a formação de monopólios, oligopólio e a agricultura camponesa.

O desenvolvimento capitalista na agricultura encontra-se inserida na internacionalização da economia brasileira no capitalismo mundial, influenciando a produção no campo e a ampliação da dívida extensa do país.

Os governos de países que apresentam dívidas externas vultosas precisam favorecer a ampliação da produção econômica, principalmente a produção industrial, com a finalidade de comercializar seus produtos no mercado internacional. Normalmente, as matérias-primas produzidas como gêneros agrícolas e a maioria dos recursos minerais têm preços baixos no comércio internacional sendo necessário ampliar a produção para exportação para efetuar o pagamento da dívida.

Nas últimas décadas, em território brasileiro, tem-se expandido as áreas de cultivo destinadas a produtos agrícolas de exportação enquanto que a produção de culturas alimentícias destinadas ao **mercado interno** têm sido desfavorecidas, principalemnte, no que se refere ao financiamento bancário.

Muitas vezes, quando o governo incentiva o cultivo de produtos de exportação ocorre uma alteração nos hábitos alimentares da população. Por exemplo, a exportação de farelo de soja para produção de ração no exterior incentivou o consumo de produtos como o óleo de soja no Brasil em detrimento do consumo de gordura de origem animal com vistas a ampliar o mercado interno do produto em decorrência das exportações.

Desse modo, a expansão da cultura da soja no Centro-Oeste brasileiro e nas áreas de cerrado teve como principal objetivo a ampliação das exportações brasileiras através de incentivos governamentais originados do Programa Nipo-brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER).

Para isso foi criada uma empresa multinacional brasileira a Campo (Companhia de Produção Agrícola) responsável pela expansão da soja no Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Bahia, além da instituição de duas **holdings** a japonesa Jadeco (Japan-Brasil Agricultural Development Corporation) e a brasileira Brasagro (Companhia Brasileira de Participação Agrícola).

As exportações de suco de laranja para o mercado norte-americano e europeu levaram a expansão da citricultura em São Paulo nas décadas de 70 e 80. Na tentativa de ampliar o mercado interno com o consumo deste produto, o preço da laranja in natura se elevou equiparando-se aos preços do mercado internacional para evitar o consumo da fruta e do suco natural.

No Brasil, as transformações no campo refletem a relação entre a indústria e a agricultura que consolida o processo de modernização da agricultura onde o consumo de equipamentos e máquinas agropecuárias e insumos agrícolas revelam o progresso técnico incorporado pela agricultura.

Ver glossário no final da Aula

A utilização crescente de recursos técnicos na agricultura brasileira não pode ser visto como um fato homogêneo ocorrente na zona rural. Oliveira (2009) ao analisar dados sobre o consumo de fertilizantes no período de 1970 a 1996 verifica que há um aumento dos estabelecimentos que utilizam este insumo, porém o Censo agropecuário de 1996 registra que mais de 60% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros não utilizavam fertilizantes. Isso demonstra que o consumo de fertilizantes é complexo e heterogêneo por parte dos estabelecimento variando conforme o estado brasileiro, o tipo de cultura e as características do produto e seu destino se para exportação ou para o mercado interno. Assim, pode-se dizer que no Brasil o uso da tecnificação no campo é heterogêneo.

Em 2006, o Censo Agropecuário registra que do total de estabelecimentos agropecuários que utilizavam algum tipo de força empregada na produção seja animal, mecânica ou as duas comitadamente, 44% utilizam apenas a força animal, 34% utilizam apenas a força mecânica e aqueles que utilizam força animal associada a força mecânica correspondeu a 20%.

Esses dados revelam que há uma concentração espacial e setorial da utilização da tecnificação no campo com a distribuição desigual do consumo nos diferentes setores produtivos do país.

A **expropriação** no campo, muitas vezes, é fruto das relações entre os agricultores e o sistema financeiro de crédito agrícola. Os agricultores não conseguem pagar as dívidas, principalmente, em razão dos baixos preços praticados para os seus produtos no mercado, não restando outra alternativa senão vender suas terras ou entregá-las aos agentes financeiros como forma de pagamento das dívidas.

O número de estabelecimentos que conseguem financiamento agrícola no Brasil é pequeno e, segundo Oliveira (2009), 94% dos estabelecimentos não utilizaram financiamentos agrícola em 1995/1996. Isto significa que o acesso aos financiamentos é concentrado.

No Brasil, segundo os dados do Censo Agropecuário 2006, pouco mais de 17% dos estabelecimentos agropecuários conseguiram algum tipo de financiamento enquanto que 82% não obtiveram financiamento por vários motivos, dentre eles destacam-se a burocracia, a falta de pagamento de empréstimos anteriores, a falta de garantia pessoal, o medo de contrair dívidas, há ainda outros que revelam não saber.

No Brasil, a maior parte dos financiamentos são dirigidos a estabelecimentos de médio e grande porte enquanto que os pequenos produtores e os produtores familiares (camponeses) que produzem grande parte da produção agropecuária destinada ao mercado interno não são contemplados.

A tabela 1, mostra que a maioria dos agricultores que não conseguem obter financiamento idêntico dos motivos praticam agricultura familiar. Grande parte destes agricultores têm medo de contrair dívidas portanto não fazem financiamentos tendo em vista que a produtividade da lavoura não é garantida e, muitas vezes, a terra, seu meio de sustento, é o único bem que possui.

TABELA 1 – Estabelecimentos agropecuários que não obtiveram financiamento por motivo da não obtenção do financiamento, 2006.

Agricultura familiar	Motivo da não obtenção do financiamento							
	Total	Falta de garantia pessoal	Não sabe como conseguir	Burocracia	Falta de pagamento do empréstimo anterior	Medo de contrair dívidas	Outro motivo	Não precisou
Total	4.254.808	77.984	61.733	355.751	133.419	878.623	538.368	2.208.930
Não familiar	668.443	9.061	5.528	54.509	16.558	94.882	75.667	412.238
Agricultura familiar	3.586.365	68.923	56.205	301.242	116.861	783.741	462.701	1.796.692

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário  
(<http://www.sidra.ibge.gov.br>).

Desse modo, o capital controla a circulação dos produtos agropecuários produzidos no Brasil como consequência do capital industrial ou comercial atuando de forma predominante, influenciado na renda e na produção da agricultura brasileira.

Atualmente, o desenvolvimento do capitalismo possibilitou a industrialização da agricultura promovendo uma aproximação do campo com a cidade através de uma unidade contraditória. Esta união está representada pelos diferentes setores de atividade econômica existentes agricultura, indústria, etc.

Esta aproximação é verificada pela presença do trabalhador assalariado do campo na cidade através de greves e manifestações reivindicatórias, pela luta do **camponês** por melhores preços para os produtos, melhores condições de financiamento e vantagens técnicas para continuar produzindo com a família na terra que ocorrem nos centros urbanos.

A luta pela reforma agrária no campo é transferida aos poucos para a cidade. Latifundiários e grileiros da União Democrática Ruralista (URD) atuam no campo e fazem marketing político através de manifestações como leilões de gado e passeatas nos centros urbanos. Porém, no campo, a industrialização dos produtos agrícolas possibilita a presença dos trabalhadores das cidades.

Dessa forma, é estabelecido um processo de cooperação no trabalho coletivo entre campo e cidade para produção agrícola e industrial. Para compreender o processo de expansão das cidades é necessário compreender processos de estruturação do campo com todas as diferenças existentes.

A cidade é o local onde se manifestam as lutas rurais. O aumento da violência no campo e na cidade leva a morte muitos trabalhadores do campo e líderes sindicais, religiosos e políticos nas cidades que defendem a causa da reforma agrária.

A unificação entre agricultura e indústria ocorre tendo em vista que o capitalista se tornou proprietário de terra, latifundiário, produzindo para a indústria. Como exemplo, pode-se citar a agroindústria de açúcar e álcool onde o capitalista da indústria e o proprietário de terra são um só. Em outro

exemplo, o proprietário de terra e trabalhador são um só – o camponês – que, no sul do Brasil, produz fumo para empresas multinacionais do cigarro.

O camponês, muitas vezes, arrenda a terra de capitalistas industriais para realizar o trabalho familiar. Desse modo, o capital recria as relações de produção camponesa e familiar criando condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas, além de favorecer o consumo dos produtos industriais no campo. Possibilita, também, o trabalho familiar camponês como proprietário, **parceiro**, **rendeiro** ou **posseiro**, convertendo em mercadoria e transformando a renda da terra em capital através de relações de trabalho não-capitalistas. Enquanto que os capitalistas utilizam destas relações para produzir e ampliar o seu capital.

A articulação dos capitalistas pela utilização das relações de trabalho familiares, sem a devida remuneração, é uma forma utilizada para não reduzir sua margem de lucro com a contratação de mão-de-obra assalariada.

Oliveira (2009) cita um exemplo para explicar essa relação, quando as pastagens dos fazendeiros que atuam na agropecuária de corte estão degradadas, estes, muitas vezes, arrendam a terra a camponeses para que produzam na terra remunerando o proprietário através do pagamento de valores em dinheiro ou através da divisão de parte da produção obtida. Os camponeses ainda têm como obrigação, após a colheita, semear o capim. Restando ao capitalista apenas aguardar o crescimento do capim, sem ter gasto parte do seu capital.

No Brasil, as relações de trabalho não-capitalistas e a produção familiar são utilizadas para produzir capital, ao mesmo tempo possibilita o trabalho camponês familiar. Portanto, desenvolvimento do campo é desigual e contraditório, pois possibilita trabalho assalariado e trabalho familiar camponês na produção e acumulação do capital.

### A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO BRASIL

A estrutura fundiária no Brasil é a forma de distribuição e acesso à terra historicamente foi desigual herança do período colonial que estabeleceu as capitanias hereditárias e as sesmarias originando grande parte dos latifúndios existentes no Brasil.

Com a Lei de Terras de 1850, o acesso a terra só poderia ser feito através da compra com pagamento em dinheiro o que impedia a aquisição de terras por ex-escravos que se encontravam libertos. As Constituições brasileiras até 1967 limitavam a extensão da área máxima de terras devolutas e públicas a ser vendida em 10 mil ha, exetando as áreas que eram submetidas a autorização do Senado Federal. Com a Constituição de 1988 a área máxima foi limitada em 2.500 ha apesar de muitos artifícios, como a **grilagem**, serem utilizados para burlar a lei e ampliar a extensão das áreas adquiridas.

A principal característica da estrutura fundiária no Brasil é a concentração da propriedade da terra apesar do aumento do número de pequenas propriedades.

Oliveira (2009), estabelece um comparativo evolutivo dos censos realizados entre 1950 e 1996 e verifica que houve um aumento do número de estabelecimentos agropecuários com área inferior a 100 ha, além do crescimento do número dos estabelecimentos menores de 10 ha. Registra também para o ano de 1996 o aumento do número de estabelecimentos com área superior a 1.000 ha que alcançou o dobro do número de estabelecimentos registrados em 1950.

Para Oliveira (2009), o aumento dos estabelecimentos caponenses e a redução do número de latifúndios na década de 80 foram consequências da ampliação da luta pela terra e da implementação do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária.

Analisando o período dos dois últimos Censos Agropecuários realizados pelo IBGE, tabela 1, pode-se ressaltar que houve uma redução do número de estabelecimentos agropecuários em todos os grupos de área. A área ocupada com os estabelecimentos com menos de 100 ha se elevou enquanto que houve uma redução do número de estabelecimentos entre 100 a menos de 1.000 ha.

TABELA 2 – Estrutura fundiária do Brasil - série histórica (1985/2006).

Grupos de área total	Nº de estabelecimentos agropecuários (Unid)			Estabelecimentos agropecuários (%)			Área dos estabelecimentos agropecuários (ha)			Área dos estabelecimentos agropecuários (%)		
	1985	1995	2006	1985	1995	2006	1985	1995	2006	1985	1995	2006
<b>Total</b>	5.801.809	4.859.865	5.175.489	100,00	100,00	100,00	374.924.929	353.611.246	329.941.393	100,00	100,00	100,00
<b>Menos de 10 ha</b>	3.064.822	2.402.374	2.477.071	52,83	49,43	47,86	9.986.637	7.882.194	7.798.607	2,66	2,23	2,36
<b>10 a menos de 100 ha</b>	2.160.340	1.916.487	1.971.577	37,24	39,43	38,09	69.565.161	62.693.585	62.893.091	18,55	17,73	19,06
<b>Menos de 100 ha</b>	5.225.162	4.318.861	4.448.648	90,06	88,87	85,96	79.551.798	70.575.779	70.691.698	21,22	19,96	21,43
<b>100 a menos de 1000 ha</b>	517.431	469.964	424.906	8,92	9,67	8,21	131.432.667	123.541.517	112.696.478	35,06	34,94	34,16
<b>1000 ha e mais</b>	50.411	49.358	46.911	0,87	1,02	0,91	163.940.463	159.493.949	146.553.218	43,73	45,10	44,42

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.  
(<http://www.sidra.ibge.gov.br>).



A tabela 2 mostra os principais latifundiários do Brasil selecionados pelo INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) e divulgados durante o governo Sarney como mostra Oliveira (2009). A maioria desses latifúndios estão concentrados na Amazônia, contudo pertencentes a grupos empresariais do Cento-Sul do país.

TABELA 3 – Maiores latifundiários do Brasil.

Nome	Municípios	Área (ha)
Manasa – Madeireira Nacional S/A.	Lábrea-AM e Guarapuava-PR	4 140 767
Jari Florestal e Agropecuária Ltda.	Almeirim-PA	2 918 829
Aplub – Agroflorestal Amazônia	Jutaf e Carauari-AM	2 194 874
Cia. Florestal Monte Dourado	Almeirim-PA e Mazagão-AP	1 682 227
Cia. de Desenvolvimento do Piauí	Castelo do Piauí, São Miguel do Tapuio, Pimenteiras, Manoel Emídio, Nazaré do Piauí, São Francisco do Piauí, Oeiras, Canto do Buriti, Floriano Ribeiro	1 076 752
	Gonçalves e Uruçuí-PI	1 000 000
Cotriguaçu Colon. do Aripuanã S/A	Aripuanã-MT	1 000 000
João Francisco Martins Barata	Calçoene-AP	975 000
Manoel Meireles de Queiroz	Manoel Urbano-AC	901 248
Rosa Lina Gomes Amora	Lábrea-AM	804 888
Pedro Aparecido Dolto	Manoel Urbano e Sena Madureira-AC	795 575
Albert Nicola Vitali	Formosa do Rio Preto-BA	704 574
Antonio Pereira de Freitas	Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Estirão do Equador-AM	661 173
Mallh Hassan Elmadula	Itamarati-AM	656 794
Moraes Madeiras Ltda.	Itamarati e Carauari-AM	
Indeco S/A – Integração, Desenvolvimento e Colonização	Alta Floresta, Aripuanã e Diamantino-MT	615 218
Mario Jorge de Medeiros Moraes	Carauari-AM	587 883
Agroindustrial do Amapá S/A	Mazagão-AP	540 613
Francisco Jacinto da Silva	Sandovalina-SP, Feijó-AC, Tarauacá-AC, Envira-AM e Naviraí-MS	460 406
Plínio Sebastião Xavier Benfca	Auxiliadora e Manicoré-AM	452 000
Cia. Colonizadora do Nordeste	Carutapera-MA	448 000
Jorge Wolney Atala	Pirajuf-SP e Feijó-AC	436 340
Jussara Marques Paz	Surunduri-AM	432 119
Adalberto Cordeiro e Silva	Pauini e Boca do Acre-AM e Feijó-AC	423 170
Romulo Bonalumi	Canamari-AM e Cruzeiro do Sul-AC	406 121
União de Construtoras S/A	Formosa do Rio Preto-BA	405 000
Mapel Marochi e Pecuária Ltda.	Itaituba-PA	398 786
Total		25 118 357

Fonte: INCRA.



conforme a tabela 4

A partir dos dados do Censo Agropecuário 2006, conforme a tabela 4, o Nordeste brasileiro tem o maior número de estabelecimentos agropecuários com menor de 100 ha. Contraditoriamente, o Nordeste possui uma estrutura fundiária herdada do período colonial revelada pela concentração de terras onde uma área de 23.058.824 ha abrange apenas 8.165 estabelecimentos agropecuários com mais de 1.000 ha.

As regiões Centro-Oeste e Norte registram os maiores números de estabelecimentos agropecuários com mais de 1.000 ha. Contudo, a região Centro-Oeste lidera este ranking com 20.203 estabelecimentos abrangendo uma área de 72.283.251 onde se encontra a maior concentração de terras do país. Apesar do número de estabelecimentos com mais de 1.000 ha na região Norte ser bem inferior (8.274) ao registrado no Centro-Oeste brasileiro, a concentração de terras no Norte é elevada abrangendo uma área de 26.139.552 ha.

Nestas duas regiões concentram-se os grandes proprietários de terras, latifundiários que sonham, em sua grande maioria, o Imposto Territorial Rural (ITR) – o único imposto pago pela propriedade fundiária no Brasil.

A região apresenta o menor número de estabelecimentos com mais de 1.000 ha tendo em vista o processo de colonização desta região baseado na pequena propriedade.

Região	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)						Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)					
	Total	Menos de 10 ha	10 a menos de 100 ha	Menos de 100 ha	100 a menos de 1000 ha	1000 ha e mais	Total	Menos de 10 ha	10 a menos de 100 ha	Menos de 100 ha	100 a menos de 1000 ha	1000 ha e mais
Norte	475.775	126.532	229.105	355.637	80.709	8.274	54.787.297	361.729	9.338.721	9.700.450	18.947.294	26.139.552
Nordeste	2.454.006	1.498.389	650.855	2.149.244	115.487	8.165	75.594.442	3.785.719	20.102.139	23.887.858	28.647.760	23.058.824
Sudeste	922.049	393.414	411.437	804.851	91.880	5.801	54.236.169	1.568.919	13.450.973	15.019.892	23.587.785	15.628.492
Sul	1.006.181	406.481	515.456	921.937	59.965	4.468	41.526.157	1.839.099	13.656.980	15.496.078	16.586.980	9.443.098
Centro-Oeste	317.478	52.255	164.724	216.979	76.865	20.203	103.797.329	243.140	6.344.278	6.587.418	24.926.659	72.283.251

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

No Centro-Oeste e na Amazônia a luta por acesso à terra pelos posseiros origina uma violência crescente revelada pelo número elevado de assassinatos no campo.

## RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E DE TRABALHO NO CAMPO



(Fonte: <http://mundoeducacao.uol.com.br>).

No Brasil, as relações de trabalho são fruto de um processo histórico de organização territorial e econômica. A escravidão e o trabalho familiar camponês compreendem as primeiras formas de relação de trabalho no campo.

Com a cafeicultura em expansão o **colonato** substituiu o trabalho escravo, bem como a ocupação das terras do Sul do país através da colonização oficial de trabalhadores camponeses influenciou este processo.

A industrialização crescente associada à urbanização possibilitaram relações capitalistas no campo através do trabalho assalariado.

No Brasil, o desenvolvimento territorial desigual originaram a heterogeneidade na distribuição das relações de produção.

Segundo Oliveira (2009), na região Sul houve a redução no número de produtores (proprietários, arrendatários, parceiros e posseiros) no período entre 1970 e 1996 revelando um processo de expropriação que concorre para reduzir o trabalho camponês e ampliar a concentração de terras em médias e grandes propriedades. A concentração industrial na região Sudeste possibilitou um decréscimo de todos os tipos de produtores. A região Centro-Oeste houve um decréscimo do número de posseiro enquanto que no Norte houve um incremento. No Nordeste crescimento do número de posseiros e parceiros.

No Brasil, o desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo possibilitou a elevação tanto do número de trabalhadores assalariados permanentes e temporários quanto do trabalho familiar. O trabalho assalariado é predominante em estabelecimentos agropecuários com mais de 1.000 ha enquanto que os estabelecimentos com uma área inferior a 100 ha o sistema de produção é baseado no trabalho familiar camponês.

## PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO BRASIL



(Fonte:<http://www.agrocim.com.br> Fonte:<http://www.agrocim.com.br>).

A agropecuária no Brasil ocorre em uma área superior a 50% das terras com a pecuária extensiva de corte. Este fato revela uma condição que tenta mascarar a real concentração de terras, pois este tipo de uso está vinculado a grandes latifúndios de caráter improdutivo que vêem a terra como mercadoria e reserva de valor aguardando a especulação imobiliária. Desse modo se estabelece com uma finalidade apenas especulativa e não-produtiva.

Segundo Oliveira (2009), os grandes estabelecimentos agropecuários (mais de 1.000 ha) apresentam uma pequena produção apesar de agregarem uma área superior a 45% das áreas de pastagem no Brasil. Por outro lado, grande parte da produção de lavouras temporárias e permanentes ocorre em estabelecimentos com menos de 100 ha, sendo responsável por mais de 60% da produção vegetal. O mesmo ocorre para a produção animal, onde 49% da produção ocorre em estabelecimentos com área inferior a 100 ha.

No Brasil, nas últimas décadas, houve um aumento das áreas destinadas à lavouras nos estabelecimentos agropecuários com menos de 10 ha. Este fato demonstra que os pequenos estabelecimentos estão ocupados produtivamente.

Como pode ser observado na tabela 5, dentre os principais produtos de lavouras temporárias produzidas no Brasil estão a cana-de-açúcar, a soja, o milho, a mandioca, o arroz, o trigo eo feijão.

TABELA 5 – Quantidade produzida nas principais lavouras temporárias por região brasileira, 2009.

Lavoura temporária	Brasil e Grande Região					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Abacaxi (Mil frutos)	1.470.995	330.017	599.597	425.113	14.345	101.923
Algodão herbáceo (caroço) (Toneladas)	2.897.542	11.558	997.734	93.045	7.746	1.787.459
Alho (Toneladas)	86.752	-	5.233	25.669	32.820	23.030
Amendoim (em casca) (Toneladas)	255.662	6.035	11.645	194.968	25.082	17.932
Arroz (em casca) (Toneladas)	12.651.144	958.763	1.087.028	198.941	9.179.446	1.226.966
Aveia (em grão) (Toneladas)	252.503	-	-	-	243.453	9.050
Batata-doce (Toneladas)	477.472	969	187.611	83.910	203.525	1.457
Batata-inglesa (Toneladas)	3.443.712	-	293.730	1.825.129	1.076.641	248.212
Cana-de-açúcar (Toneladas)	691.606.147	2.025.877	70.057.439	478.566.683	55.785.334	85.170.814
Cebola (Toneladas)	1.511.853	-	370.956	327.286	755.812	57.799
Centeio (em grão) (Toneladas)	3.921	-	-	-	3.921	-
Cevada (em grão) (Toneladas)	201.249	-	-	-	201.249	-
Ervilha (em grão) (Toneladas)	6.865	-	-	553	3.736	2.576
Fava (em grão) (Toneladas)	20.702	-	17.078	692	2.932	-
Feijão (em grão) (Toneladas)	3.486.763	118.183	844.527	918.790	1.091.303	513.960
Fumo (em folha) (Toneladas)	863.079	197	19.340	186	843.196	160
Girassol (em grão) (Toneladas)	100.905	-	4.445	806	31.705	63.949
Juta (fibra) (Toneladas)	802	802	-	-	-	-
Linho (semente) (Toneladas)	9.873	-	-	-	9.873	-
Malva (fibra) (Toneladas)	14.054	14.054	-	-	-	-
Mamona (baga) (Toneladas)	91.076	-	78.716	10.348	1.974	38
Mandioca (Toneladas)	24.403.981	7.147.034	8.178.392	2.236.280	5.488.778	1.353.497
Melancia (Toneladas)	2.065.167	261.892	738.518	207.243	588.608	268.906
Melão (Toneladas)	402.959	314	380.007	1.836	20.632	170
Milho (em grão) (Toneladas)	50.719.822	1.273.569	4.799.396	10.326.766	18.693.066	15.627.025
Rami (fibra) (Toneladas)	499	-	-	-	499	-
Soja (em grão) (Toneladas)	57.345.382	1.443.417	4.421.442	4.078.536	18.428.304	28.973.683
Sorgo (em grão) (Toneladas)	1.853.934	57.957	132.946	356.153	54.107	1.252.771
Tomate (Toneladas)	4.310.477	24.664	650.458	1.552.373	592.054	1.490.928
Trigo (em grão) (Toneladas)	5.055.525	-	-	212.203	4.670.107	173.215
Triticale (em grão) (Toneladas)	122.212	-	-	43.591	78.621	-

Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal, 2009.

A região sudeste destaca-se no cultivo de cana-de-açúcar. Na região Sul destaca-se na produção de arroz, milho, feijão, trigo. Enquanto que o Centro-Oeste tem elevada produção de milho e algodão. A mandioca faz da região Nordeste é a maior produtora deste produto no Brasil.

A tabela 6 mostra os principais produtos da lavoura permanente e a distribuição da produção nas regiões brasileira. Desse modo, pode-se constatar que dentre os principais produtos estão a laranja, o café, banana, coco-da-baía e uva.

TABELA 6 – Quantidade produzida nas principais lavouras permanentes por região brasileira, 2009.

Lavoura permanente	Brasil e Grande Região					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Abacate (Toneladas)	139.089	2.310	9.187	101.913	22.881	2.798
Algodão arbóreo (em caroço) (Toneladas)	309	-	309	-	-	-
Azeitona (Toneladas)	-	-	-	-	-	-
Banana (cacho) (Toneladas)	6.783.490	812.941	2.529.026	2.230.364	975.527	235.632
Borracha (látex coagulado) (Toneladas)	211.621	5.247	32.648	138.703	1.225	33.798
Cacau (em amêndoa) (Toneladas)	218.487	72.570	137.929	7.688	-	300
Café (em grão) (Toneladas)	2.440.056	111.371	182.008	2.029.137	89.213	28.327
Caqui (Toneladas)	171.555	-	140	114.966	56.449	-
Castanha de caju (Toneladas)	220.505	2.383	217.567	-	-	555
Chá-da-índia (folha verde) (Toneladas)	20.153	-	-	18.984	1.169	-
Coco-da-baía (Mil frutos)	1.973.366	281.746	1.337.358	311.143	2.003	41.116
Dendê (cacho de coco) (Toneladas)	1.122.399	916.846	205.553	-	-	-
Erva-mate (folha verde) (Toneladas)	443.126	-	-	-	439.905	3.221
Figo (Toneladas)	24.146	-	-	9.960	14.170	16
Goiaba (Toneladas)	297.377	14.492	137.841	113.390	11.226	20.428
Guaraná (semente) (Toneladas)	4.604	1.734	2.707	-	-	163
Laranja (Toneladas)	17.618.450	249.657	1.773.128	14.468.385	991.431	135.849
Limão (Toneladas)	899.821	17.404	83.097	756.070	29.533	13.717
Maçã (Toneladas)	1.222.885	-	365	3.863	1.218.657	-
Mamão (Toneladas)	1.792.594	36.644	1.168.174	576.507	4.073	7.196
Manga (Toneladas)	1.197.694	5.269	879.283	297.341	11.467	4.334
Maracujá (Toneladas)	713.515	36.985	523.822	110.448	16.626	25.634
Marmelo (Toneladas)	975	-	250	460	185	80
Noz (fruto seco) (Toneladas)	4.571	-	-	896	3.675	-
Palmito (Toneladas)	70.784	2.360	21.668	6.407	11.209	29.140
Pera (Toneladas)	14.856	-	-	2.382	12.474	-
Pêssego (Toneladas)	216.236	-	-	56.037	160.199	-
Pimenta-do-reino (Toneladas)	65.398	52.362	4.520	8.464	-	52
Sisal ou agave (fibra) (Toneladas)	280.005	-	280.005	-	-	-
Tangerina (Toneladas)	1.094.429	3.978	50.280	601.238	422.458	16.475
Tungue (fruto seco) (Toneladas)	322	-	-	-	322	-
Urucum (semente) (Toneladas)	12.472	5.310	2.187	3.507	1.300	168
Uva (Toneladas)	1.365.491	301	254.093	198.112	906.986	5.999

Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal, 2009.

A região Nordeste destaca-se como a única região onde é produzido o sisal em razão desta lavoura ser implantada em áreas de clima semi-árido. Além deste, o cacau e o coco-da-baía e a banana tem relevante destaque na produção agrícola brasileira. O Sul apresenta a maior produção de uva do país enquanto que o Sudeste destaca-se com a laranja e o café.

A produção agropecuária brasileira tem destaque para a produção da avicultura. Conforme a tabela 7, a região Sul destaca-se grande produtora brasileira de galos, frangas, frangos, pintos e galinhas, além da maior produção de suínos do país. A maior produção de bovinos do país está concentrada na região Centro-Oeste. O Nordeste destaca-se com o maior efetivo de ovinos, caprinos, asinino e muar.

TABELA 7 – Efetivo de rebanhos por região brasileira, 2009.

Tipo de rebanho	Brasil e Grande Região					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Bovino	205.260.154	40.437.159	28.289.850	37.978.874	27.894.576	70.659.695
Equino	5.496.817	712.700	1.375.419	1.357.322	929.055	1.122.321
Bubalino	1.135.191	714.852	125.603	105.615	121.251	67.870
Asinino	1.030.584	38.484	930.661	42.811	4.480	14.148
Muar	1.275.739	186.755	631.144	232.983	49.583	175.274
Suíno	38.045.454	1.627.822	6.290.004	6.692.336	18.437.986	4.997.306
Caprino	9.163.560	177.377	8.302.817	231.781	335.720	115.865
Ovino	16.811.721	547.146	9.566.968	762.133	4.807.596	1.127.878
Galos, frangas, frangos e pintos	1.024.992.542	18.732.113	98.996.935	284.586.909	511.841.563	110.835.022
Galinhas	208.871.491	9.074.193	40.386.011	76.750.514	59.709.645	22.951.128
Codornas	11.485.093	64.782	1.334.360	7.441.300	2.127.157	517.494
Coelhos	236.186	1.457	13.695	50.467	167.726	2.841

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal, 2009.

### MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

As transformações ocorridas no campo tem aumentado o número de movimentos sociais rurais em luta pela terra e por melhores condições de trabalho.

Nas décadas de 50 e 60, o Movimento das Ligas Camponesas constituiu a primeira forma de movimento social rural mais amplo e organizado e primeira forma de luta pela reforma agrária no Brasil. Este movimento participou de lutas de **foreiros**, moradores, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores da Zona da Mata na região Nordeste, além da luta contra a expropriação e o avanço dos latifúndios.

Ao fundar a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPP), o movimento das Ligas Camponesas tinha o objetivo a fundação de uma escola, formação de fundo funerário, aquisição de implementos agrícolas e sementes, além de assistência técnica junto às instituições governamentais.

No governo João Goulart foi criada a Supra (Superintendência da Reforma Agrária) como a primeira tentativa de implantação da reforma agrária que foi impedida com o golpe militar de 1964. Após esse período,



as transformações ocorridas em diferentes regiões do país criaram novas condições e novas formas de luta ampliando o número de conflitos e aviolência em todas as regiões do país, com um saldo de muitas mortes.

Projetos agropecuários na Amazônia e no Mato Grosso originaram grande número de conflitos entre fazendeiros e posseiros. No Centro-Sul do país se estabeleceram nos empreendimentos, em pleno século XX, novas relações de trabalho como a **peonagem** ou «escravidão branca».

A construção de grandes obras públicas realizadas pelo Estado como hidrelétricas suscitaram a luta dos camponeses que atualmente integra o movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

A emigração de brasileiros para o Paraguai também originou um movimento social dos brasiguaios que lutam para serem repatriados e assentados em terras brasileiras.

Na Amazônia, os movimentos sociais tem na organização dos seringueiros a luta contra os latifundiários, contra o desmatamento da floresta e reforma agrária. O assassinato do líder seringueiro Chico Mendes (1988) e da religiosa Doroth Stang (2005) ficaram internacionalmente conhecidos como símbolo da violência no campo em território brasileiro.

Outros movimentos sociais surgiram na tentativa de pressionar o governo em reconhecer e demarcar as terras de povos indígenas, principalmente na Amazônia, alvo de invasões por fazendeiros, grileiros e garimpeiros e, muitas vezes, pelo próprio Estado para executar a construção de obras públicas como estradas e hidrelétricas em terras indígenas.

Existem inúmeros movimentos sociais de luta pela terra, porém o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) surgido no Centro-Sul do Brasil, tem implantado acampamentos, realizam caminhadas pelas estradas e ocupam repartições públicas como estratégias de pressionar o governo brasileiro a realizar a reforma agrária. Como consequência, este movimento tem conquistado assentamentos em todos os estados brasileiros onde atua realizando a produção coletiva e a criação de associações e cooperativas de produtores.



(Fonte: <http://jornalcorreiodasemana.com.br>).

### CONCLUSÃO

Nesta aula se pode observar que o desenvolvimento capitalista no campo possibilitou simultaneamente relações de trabalho assalariado e produção camponesa familiar. A concentração fundiária no Brasil desperta conflitos e tem como consequência a organização camponesa através dos movimentos sociais. Na produção agropecuária, a região Sul destaca-se com o maior efetivo de produção da avicultura e o Nordeste com grande produção de lavouras permanentes.



### RESUMO

Nesta aula vimos que a organização do espaço agrário no Brasil está diretamente influenciado pelo desenvolvimento capitalista que reproduz no campo as formas de produção e acumulação do capital elaborando características distintas de relações de trabalho, estrutura fundiária e produção agropecuária nas regiões brasileiras.



### ATIVIDADES

1. Comente sobre a expansão das relações de trabalho assalariadas e de produção familiar no Brasil.
2. Comente sobre as principais características da produção agrícola no Brasil.
3. Comente sobre as principais causas que propiciaram o surgimento dos movimentos sociais no campo.



### PRÓXIMA AULA

Na próxima aula estudaremos a organização da economia brasileira.



### AUTOAVALIAÇÃO

Você deverá, ao término desta aula, conhecer as principais características da organização da agricultura brasileira e das relações de trabalho no campo.

## GLÓSSARIO

**Mercado interno:** consumo da população no território nacional.

**Holdings:** empresas que adquirem um percentual de ações de outras empresas em instituições como bancos ou bolsa de valores, tornando-a capaz de controlar as operações técnicas e econômicas através do domínio acionário.

**Expropriação:** exclusão da posse da propriedade da terra.

**Camponês:** pessoa que se dedica às atividades rurais através da produção familiar.

**Parceiro:** aquele que no sistema de produção agrícola na qual ocorre a repartição dos produtos entre o proprietário da terra e o responsável pela produção.

**Rendeiro:** aquele que aluga terras para produzir

**Posseiro:** aquele que tem a posse da terra mas não é o dono legítimo, pois não tem documento comprobatório registrado em cartório.

**Grilagem:** sistema onde ocorre a falsificação de documentos para tornar-se proprietário de direito de terras pertencentes a outras pessoas ou de terras devolutas ou desocupadas.

**Colonato:** sistema de organização da produção agrícola no qual o trabalhador arrenda uma porção de terra sob condição de destinar parte de sua produção como pagamento ao proprietário, o colono é chamado de meeiro.

**Foreiros:** aquele que paga tributo pela utilização de terras e/ou prédio mediante contrato.

**Peonagem:** relação de trabalho servil em troca do acesso à terra, na qual o indivíduo é obrigado a trabalhar e morar na terra até concluir o pagamento de uma dívida.